

PROGRAMA DO CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL **Procedimento n.º 36/2021/IGeFE**

Aquisição de serviços de desenvolvimento evolutivo
(Interoperabilidade, *Reporting*, Automação e gestão de Serviço) da
solução *SmartEDU* – Plataforma Partilhada de Gestão Documental
de Processos e Interoperabilidade

(Classificação CPV 72230000-6 – Serviços de desenvolvimento de *software* à
medida)

Parte I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente concurso público tem por objeto a celebração de um contrato de “Aquisição de serviços de desenvolvimento evolutivo (Interoperabilidade, *Reporting*, Automação e Gestão de Serviço) da solução *SmartEDU* - Plataforma Partilhada de Gestão Documental de Processos e Interoperabilidade”, objeto de candidatura ao concurso POCI-62-2019-04, tipologia SATDAP – Capacitação da Administração Pública.
2. O contrato a celebrar deverá considerar a prestação de serviços melhor descritos na parte II do caderno de encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento.

Cláusula 2.^a

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., doravante designada por IGeFE, I.P., pessoa coletiva n.º 600086631, com sede em Lisboa, na Avenida 24 de julho, n.º 134, 1399-029 Lisboa.

Cláusula 3.^a

Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar e autorizar a despesa é da competência do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., por competência delegada, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 38.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, em conjugação com o estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 36.º, 38.º, 67.º e 69.º, todos do Código dos Contratos Públicos (abreviadamente também designado por CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
2. A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Diretivo do IGeFE, I.P., em 13 de outubro de 2021, fundamentando a escolha do procedimento ao abrigo da base legal constante da cláusula seguinte.

Cláusula 4.^a

Fundamentação da escolha do procedimento

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 38.º do CCP, é adotado o procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 130.º e seguintes, todos do CCP, na sua atual redação.

Cláusula 5.^a

Preço base

O preço base, para efeitos do presente procedimento, corresponde a € 812.880,00 (oitocentos e doze mil e oitocentos e oitenta euros), a que acresce o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.

Cláusula 6.^a

Plataforma Eletrónica

O presente concurso corre os seus termos na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do endereço <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, doravante designada como plataforma.

Cláusula 7.^a

Disponibilização das peças do procedimento

1. O presente procedimento rege-se pelo disposto no Programa do Concurso, no Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como pelo disposto em quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do mesmo, designadamente, os eventuais esclarecimentos e retificações que venham a ser realizados.
2. Os documentos do concurso serão integralmente disponibilizados na Plataforma Eletrónica referida na cláusula 6.^a do presente programa do concurso.
3. Para ter acesso à Plataforma Eletrónica, cada interessado deverá efetuar o registo na mesma, sendo este registo gratuito.
4. Após efetuado o registo na Plataforma Eletrónica, o acesso aos documentos do procedimento é feito através da mesma, podendo os interessados efetuar o seu *download*.

Cláusula 8.^a

Órgão competente para prestar esclarecimentos, retificação e alteração das peças

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do procedimento.
2. Os interessados deverão submeter os seus pedidos de esclarecimentos e a lista de erros e omissões às peças do procedimento, através da plataforma eletrónica melhor identificada na cláusula 6.^a do presente programa do concurso, até ao final do primeiro terço do prazo estabelecido para a apresentação de propostas.
3. Os esclarecimentos e a pronúncia sobre os erros e omissões identificados pelos interessados no número anterior, serão prestados, até ao final do segundo terço do prazo estabelecido para a apresentação de propostas e notificados a todos os interessados nos termos do número anterior, através da plataforma eletrónica de contratação pública identificada na cláusula 6.^a do presente programa de concurso.
4. O órgão que autorizou a decisão de contratar pode, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, proceder oficiosamente à retificação de erros ou omissões das

peças do procedimento, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 50.º do CCP, devendo nesse caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

5. Os esclarecimentos prestados pelo júri do concurso e as retificações de erros ou omissões efetuadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, serão disponibilizados através da plataforma.

6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 1 a 3 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 9.^a

Modo e prazo de apresentação de propostas

1. As propostas, bem como os documentos que as integram, devem ser apresentados na plataforma até às 23H e 59M do 30.º dia seguido, a contar da data do envio do anúncio para o Serviço de Publicações Oficiais da União Europeia.

2. O prazo para a apresentação de propostas é contado nos termos do artigo 470.º do CCP.

3. A **proposta**, bem como **cada um dos documentos que a integram**, devem ser assinados eletronicamente, **utilizando uma assinatura eletrónica qualificada**, nos termos do disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4. Nos casos em que o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função ou poder para assinatura, o concorrente tem obrigatoriamente que submeter na plataforma, também apondo-lhe **assinatura digital qualificada, sob pena de exclusão**, um documento comprovativo dos poderes de representação.

5. No caso de agrupamento de concorrentes, as propostas deverão ser assinadas eletronicamente pelo representante comum designado por todos, submetendo na plataforma, o documento atributivo dos poderes de representação.

6. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para o carregamento da proposta e dos respetivos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, uma vez que, só serão admitidas a concurso, as propostas que tenham sido recebidas até ao termo do prazo indicado no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 10.^a

Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 58.º do CCP, serão admitidos os documentos que, em resultado das cláusulas técnicas do presente procedimento, se encontrem redigidos em língua estrangeira, sendo admitido o idioma de inglês.

Cláusula 11.^a

Documentos integrantes da proposta

1. A proposta deve vir acompanhada do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente programa de concurso, sob pena de exclusão, devendo seguir as indicações seguintes:

- i) “Sou um operador económico”;
- ii) “Importar um DEUCP”;
- iii) Carregar documento– selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma eletrónica;
- iv) Selecionar o país do concorrente;
- v) Preencher os campos relativos ao procedimento;
- vi) No final, guardar o ficheiro em **formato .pdf**, assiná-lo **eletronicamente com assinatura digital qualificada** e submetê-lo juntamente com a proposta.

2. A proposta, para além do documento exigido no número anterior, deve ainda vir instruída com os seguintes elementos, **sob pena de exclusão**:

- a) Referência do procedimento;
- b) Nome do concorrente;
- c) As propostas devem mencionar **expressamente** que ao **preço total acresce o IVA e a taxa aplicável**, se a mesma for devida;
- d) **Nota justificativa do preço proposto, discriminando o valor do Projeto (Encargos com Formadores e Consultores)** com menção a que ao mesmo acresce o IVA, e o **valor de encargos com informática (Aquisição de software)** com menção a que ao mesmo acresce o IVA;
- e) Condições de pagamento;
- f) Metodologia de Gestão de projeto e de serviço, nos termos definidos na cláusula seguinte;
- g) A proposta deve vir acompanhada da certidão de registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
- h) Certificações/credenciações comprovativas em como o concorrente é detentor:
 - Certificação em ISO 27001:2013 - “Gestão de Segurança da Informação”, tendo em conta as exigências de segurança do sistema de informação que será objeto da prestação de serviços;
 - Certificação em ISO 20000-1:2018 - “Sistemas de Gestão de Serviços”, tendo em conta que os serviços têm por objeto um sistema de gestão de serviço;
 - Credenciação de segurança pela Autoridade Nacional de Segurança em, pelo menos, “Marca Nacional – grau Secreto”, atenta a sensibilidade da informação que integra a solução SmartEDU.

- i) *Curriculum Vitae* dos **elementos que estarão envolvidos na execução do contrato**, de modo a comprovar os **requisitos mínimos definidos na cláusula 62.^a** do caderno de encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento e tendo em consideração o estabelecido no n.º 3 da presente cláusula;
- j) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
- l) Quaisquer outros documentos que se considerem indispensáveis à apresentação da proposta, nomeadamente, na parte relativa aos respetivos atributos;
- k) Prazo de validade da proposta.

3. Nos termos e para os efeitos do exigido na alínea i) do n.º 2 da presente cláusula, relativamente à identificação dos elementos que estarão envolvidos na execução do contrato, através dos respetivos nomes completos, é admitida a sua substituição, pela primeira letra de cada um dos nomes que integram o nome completo. Acresce que o *curriculum vitae*, deverá ter em consideração o detalhe necessário à evidenciação dos requisitos mínimos estabelecidos na cláusula 62.^a do caderno de encargos, sendo que à entidade a quem vier a ser adjudicada a presente aquisição de serviços, em sede de início de execução de contrato, será solicitada **a apresentação de toda a documentação** que evidencia as habilitações, a formação e a experiência que em sede de apresentação de proposta foi identificada para cada um dos perfis.

4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Cláusula 12.^a

Metodologia de Gestão de Projeto e de Serviço

- 1. A proposta tem de incluir uma metodologia de Gestão de projeto e de serviço que contenha, sob pena de exclusão, uma metodologia consistente para gestão do projeto, um documento de início do projeto, preveja relatórios de progresso, uma metodologia de gestão do acervo documental e um relatório final.
- 2. A metodologia consistente para gestão do projeto deve contemplar, designadamente, as seguintes fases:
 - a) Planeamento do projeto;
 - b) Execução do projeto;
 - c) Monitorização e controlo do projeto;
 - d) Finalização do projeto.
- 3. O documento de início de projeto deve contemplar, designadamente, o seguinte:

- a) Âmbito dos Serviços a prestar;
 - b) Metodologia de Implementação;
 - c) Calendário de Projeto;
 - d) Fatores Críticos de Sucesso;
 - e) Matriz de Riscos;
 - f) Matriz de Papeis e Responsabilidades;
 - g) Equipa de Projeto;
 - h) Plano de Comunicação.
4. Os relatórios de progresso do projeto devem incluir, designadamente, o seguinte:
- a) Nível de execução do planeamento;
 - b) Justificação dos desvios;
 - c) Problemas encontrados e correspondentes ações para a sua resolução;
 - d) Riscos encontrados e propostas de mitigação;
5. A metodologia de gestão do acervo documental produzido pelo projeto deve conter, designadamente, o seguinte:
- a) Atas de reunião;
 - b) Relatórios de progresso;
 - c) Manuais de utilização;
 - d) Toda a restante documentação relevante, produzida no decorrer do projeto.
6. O relatório de fim de projeto deve contemplar, designadamente, o seguinte:
- a) Descrição dos entregáveis, versões e datas de entrega;
 - b) Alterações ocorridas, tanto a nível funcional quanto de calendário;
 - c) Trabalho desenvolvido em cada tarefa;
 - d) Diagramas técnicos e respetiva descrição.

Cláusula 13.^a

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo de obrigação de manutenção das propostas é fixado em 90 (noventa) dias, contados da data do termo fixado para a apresentação das mesmas.

Cláusula 14.^a

Propostas variantes

- 1. Não é permitida a apresentação de propostas variantes.
- 2. O incumprimento do previsto no número anterior é fundamento de exclusão da proposta ou propostas variantes apresentadas, bem como da proposta base.

Cláusula 15.^a

Critério de adjudicação das propostas

- 1. A adjudicação é feita, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade multifator, de acordo com a qual, o critério de adjudicação é

densificado pelos fatores e subfatores correspondentes aos dois aspetos da execução do contrato a celebrar identificados no número seguinte da presente cláusula.

2. Considerando que foi adotada a modalidade multifator, os fatores densificadores a ser utilizados são os seguintes, por ordem crescente de ponderação relativa:

FATORES	COEFICIENTES DE PONDERAÇÃO
A - Preço da proposta (Preço)	30%
B - Qualidade da Solução (Solução)	70%

3. A metodologia a utilizar para efeitos de avaliação das propostas, será efetuada nos seguintes termos:

3.1. Na avaliação do fator “**Preço da Proposta**” será atribuída a pontuação de 0 (zero) pontos à proposta correspondente ao preço base estabelecido, sendo as restantes propostas pontuadas, de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

A: Preço da Proposta
$A = ((Pb - Pp) / Pb) * 100$ Em que: A: é a pontuação atribuída ao fator “Preço da Proposta”. Pb: é o preço base definido no Caderno de Encargos. Pp: é o preço apresentado na proposta.

3.2. Na avaliação do fator “**Qualidade da Solução**”, as propostas serão determinadas pela valorização dos seguintes **subfatores**, de acordo com a ponderação deles constantes:

- Qualidade dos produtos propostos (Produtos) - 30%
- Qualidade da solução e metodologia proposta (Solução) – 70%

Assim, a pontuação do fator Qualidade resultará da aplicação da seguinte fórmula de cálculo:

$$\text{Qualidade} = 0,30 \times \text{Produtos} + 0,70 \times \text{Solução}$$

Ou seja, este fator Qualidade subdivide-se nos seguintes subfatores:

Qualidade técnica do produto proposto (Produtos) – 30%

Este subfator pretende avaliar a qualidade técnica do(s) produto(s) proposto(s), sendo esta avaliação efetuada com base na resposta aos vários requisitos identificados nas cláusulas técnicas.

A pontuação do subfator **Produtos** será atribuída de acordo com os seguintes critérios:

Pontuação	Critério
100 (cem) pontos	Cumprir com os requisitos identificados na Parte II do Caderno de Encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento (cláusulas técnicas) e incluir a disponibilização da totalidade dos grupos de funcionalidades (agentes virtuais, machine learning e analíticas), identificados na cláusula 55. ^a do supracitado Caderno de Encargos - Aspectos submetidos à concorrência.
50 (cinquenta) pontos	Cumprir com os requisitos identificados na Parte II do Caderno de Encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento (cláusulas técnicas) e incluir a disponibilização de 2 dos grupos de funcionalidades (agentes virtuais, machine learning e analíticas) identificados na cláusula 55. ^a do supracitado Caderno de Encargos - Aspectos submetidos à concorrência.
25 (vinte e cinco) pontos	Cumprir com os requisitos identificados na Parte II do Caderno de Encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento (cláusulas técnicas) e incluir a disponibilização de um dos grupos de funcionalidades (agentes virtuais, machine learning e analíticas) identificados na cláusula 55. ^a do supracitado Caderno de Encargos - Aspectos submetidos à concorrência.
0 (zero) pontos	Cumprir com os requisitos identificados na Parte II do Caderno de Encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento (cláusulas técnicas) e não incluir a disponibilização de nenhuma funcionalidade identificada na cláusula 55. ^a do supracitado Caderno de Encargos - Aspectos submetidos à concorrência.

Qualidade da solução e metodologia proposta (Solução) – 70%

Este subfator pretende avaliar a qualidade da solução e metodologia proposta, sendo esta avaliação efetuada com base na resposta aos vários requisitos identificados nas cláusulas técnicas.

A pontuação do subfator **Solução** será atribuída de acordo com os seguintes critérios:

Pontuação	Critério
100 (cem) pontos	Solução e metodologia proposta com detalhe suficiente que permitir ao júri aferir a forma como o concorrente se propõe a cumprir os requisitos identificados na Parte II do Caderno de Encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento (cláusulas técnicas), incluindo um Consultor Sénior em Processos de Gestão de Serviço com Certificação ITIL® Foundation - IT Service Management ou superior.
50 (cinquenta) pontos	Solução e metodologia proposta com detalhe suficiente que permitir ao júri aferir a forma como o concorrente se propõe a cumprir os requisitos identificados na Parte II do Caderno de Encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento (cláusulas técnicas), não incluindo um Consultor Sénior em Processos de Gestão de Serviço com Certificação ITIL® Foundation - IT Service Management ou superior.
0 (zero) pontos	Solução e metodologia proposta sem detalhe suficiente que permitir ao júri aferir a forma como o concorrente se propõe a cumprir os requisitos identificados na Parte II do Caderno de Encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento (cláusulas técnicas).

A pontuação global de cada proposta, expressa numericamente numa escala numérica, de 0 a n, e que corresponde ao resultado da soma das pontuações parciais obtidas em cada fator, multiplicadas pelos valores dos respetivos coeficientes de ponderação, de acordo com a seguinte fórmula matemática:

$$CF = 0,30 * A + 0,70 * B$$

Em que:

CF: é a classificação final da proposta.

A: é a pontuação atribuída ao fator “Preço da Proposta”.

B: é a pontuação atribuída ao fator “Qualidade da Solução”.

4. Em caso de empate, será considerado como critério de desempate um sorteio, realizado pelo júri na presença de um representante de cada uma das entidades concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os presentes.

5. As entidades concorrentes que tenham as suas propostas em situação de empate, serão notificadas da data, hora e local do sorteio com a antecedência de 2 (dois) dias úteis, devendo apresentar-se munidas da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.

6. A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração.
7. Será adjudicada a proposta sorteada em 1.º lugar.

Cláusula 16.^a

Esclarecimentos sobre as propostas

Sempre que na fase de análise das propostas o júri tiver dúvidas sobre as mesmas poderá pedir aos concorrentes, por escrito, quaisquer esclarecimentos que considere necessários para análise e avaliação das mesmas.

Cláusula 17.^a

Exclusão das propostas

Sem prejuízo do disposto no artigo 146.º do CCP, são excluídas as propostas que não cumpram com as **especificações técnicas mínimas** e com os **requisitos funcionais dos trabalhos a desenvolver** previstos na parte II do caderno de encargos elaborado no âmbito do presente concurso.

Cláusula 18.^a

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, a seguinte documentação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo a que respeita o Anexo II do CCP, conforme modelo constante do Anexo II do presente Programa do Concurso;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP. Para efeitos de prova bastante de que o adjudicatário não se encontra abrangido por nenhum dos casos referidos nas alíneas b) e h) do referido artigo 55.º, é aceite a apresentação de certificado de registo criminal ou, na sua falta, documento equivalente emitido por autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que aqueles requisitos se encontrem satisfeitos;
2. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
3. Quando, pela sua natureza, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
4. O adjudicatário deve apresentar a reprodução dos documentos de habilitação referidos no n.º 1 da presente cláusula na plataforma.
5. Quando os documentos mencionados na alínea b) do n.º 1 da presente cláusula se encontrem disponíveis na *Internet*, o adjudicatário pode, em substituição da sua apresentação ou reprodução, indicar à entidade adjudicante, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como, a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos documentos estejam redigidos em língua portuguesa.

6. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da Lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa aos documentos referidos na alínea b) do número 1 da presente cláusula, é dispensada a sua apresentação ou a indicação prevista no número anterior.

7. No caso de não emissão dos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita perante autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado.

8. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas coletivas, os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula devem ser apresentados por todos os seus membros.

9. A entidade adjudicante concede ao adjudicatário um prazo de três (3) dias úteis para suprimir as irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

Cláusula 19.^a

Prestação de Caução

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do CCP e para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5 % do montante total do contrato, com exclusão do IVA.

2. O adjudicatário deve, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, comprovar que prestou a caução perante o representante da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente, de acordo com os modelos disponibilizados como Anexo III do presente programa de concurso.

3. A adjudicação caduca se, por fato que lhe seja imputado, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos, a caução que lhe seja exigida.

Cláusula 20.^a

Despesas e encargos

As despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário, incluindo as relativas à prestação da caução e aos emolumentos devidos pela fiscalização prévia do Tribunal de Contas, se aplicável.

Cláusula 21.^a

Legislação aplicável

Em tudo o que o presente programa de concurso for omissos observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação e regulamentação aplicável.

ANEXOS

Anexo I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere o n.º 1 da cláusula 11.ª do Programa do Concurso]

Ficheiro eletrónico pré-preenchido disponibilizado na plataforma eletrónica

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo III - Modelo de Caução

(Artigos 89.º e 90.º do CCP aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro)

Modelo de guia de depósito

Euros: €.....

Vai(identificação completa do adjudicatário), residente (ou com escritório) em ..., na .qualidade....., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da ... (instituição) a quantia de (por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por), como caução exigida para a aquisição de (indicar a que bens/serviços se refere o procedimento) para o Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., para os efeitos do artigo 90.º do CCP aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. Este depósito fica à ordem o Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data.

Assinaturas.

Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução n.º ...

Em nome e a pedido de 1, vem o(a) 2, pelo presente documento, prestar, a favor de ... 3, uma garantia bancária/seguro-caução 4, até ao montante de ... 5, destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do processo relativo à adjudicação de ... 6, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 89.º e 90.º do CCP aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

A presente garantia corresponde a 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros 7 garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do (s) garantido (s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

¹ Identificação completa do adjudicatário.

² Identificação completa da instituição garante.

³ Identificação completa da entidade beneficiária.

⁴ Eliminar o que não interessar.

⁵ Indicar o valor por extenso.

⁶ Indicar o objeto da adjudicação, expressão «e outros».

⁷ Eliminar o que não interessar.